

PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO

SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

ORIGEM: TOMADA DE PREÇO 001/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA PARAÇÃO DE EMPRESA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS E.M.E.F. SENHOR JANUÁRIO ANTÔNIO MOREIRA LOCALIDADE DE CEDRAL, E.M.E.F. RAIMUNDO SOARES DA SILVA LOCALIDADE DE POEIRÃO, E.M.E.F. DO CUJUBIM LOCALIDADE DE CUJUBIM E E.M.E.I. SANTA ANA SEDE, NO MUNICÍPIO VISEU/PA.

FINALIDADE: 1º ADITIVO DE PRAZO AOS CONTRATOS Nº 233/2023/CPL, 234/2023/CPL E 235/2023/CPL.

I. DA COMPETÊNCIA

A competência e finalidade do Controle Interno estão prevista no art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe dentre outras competências: realização de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades próprias do ente federado, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de avaliar seus resultados quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nos termos da Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014, além do disposto no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014, segundo as quais, em virtude do processo licitatório implicar em realização de despesa, resta configurada a competência desta Coordenação de Controle Interno para análise e manifestação.

II. INTRODUÇÃO

Foi encaminhado a esta Coordenação de Controle Interno, para apreciação, manifestação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades administrativas, e conseqüente elaboração de Parecer referente à realização do 1º ADITIVO DE PRAZO AOS CONTRATOS Nº 233/2023/CPL, 234/2023/CPL E 235/2023/CPL, CELEBRADO COM A EMPRESA CONSTRUTORA NORTE ALFA LTDA, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023.

As solicitações de prorrogação do prazo foram feitas pela empresa através de petição encaminhadas à Sec. de Educação, conforme consta nos autos.

Por sua vez, a Sec. de Educação encaminhou o ofício com a solicitação da empresa à Sec. de Obras para que fosse feita uma análise técnica da execução da obra para ver a



necessidade dos referidos termos aditivos de prazo na forma solicitada.

Em resposta ao solicitado pela Sec. de Educação, a Sec. de Obras encaminhou através de ofício as justificativas técnicas elaboradas pelo então Eng. Civil e Sec. de Obras Carlos Augusto Pinto Corrêa apresentando as razões para a devida prorrogação de prazo, assim como as documentações atualizadas das empresas.

Na justificativa técnica constam todas as razões que ocasionaram os atrasos na execução da obra, o que justifica a prorrogação do prazo na forma solicitada.

Munida de todas as documentações, a Sec. de Educação encaminhou a solicitação à CPL para que tomasse as medidas cabíveis quanto ao solicitado.

Os contratos mencionados foram celebrados para vigorar inicialmente de 11 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024. Com a aproximação do fim da vigência contratual, há a necessidade de se prorrogar o prazo através do primeiro termo aditivo de prazo em mais 180 dias, ou seja, de 11 de março de 2024 a 08 de outubro de 2024, conforme autos.

Por sua vez, a CPL encaminhou os autos à Procuradoria jurídica municipal para emissão de parecer quanto à elaboração do presente termo aditivo o qual opinou favoravelmente à prorrogação de prazo do referido contrato na forma solicitada, conforme a seguir: *"Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam a análise dessa assessoria jurídica, que após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, será juridicamente válida a realização do 1º Termo Aditivo de Prazo aos Contratos nº 233/2023, 234/2024 e 235/2024 para prorrogar a vigência até 08/10/2024, nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93"*.

Foi solicitado pela CPL à Contabilidade informações acerca de existência de recursos orçamentários do exercício de 2024. Informações estas positivadas através do memorando nº 056/2024 - contabilidade.

Consta solicitação de declaração de adequação orçamentária e autorização de 1º termo aditivo de prazo. Constam declaração de adequação orçamentária e financeira e autorização de abertura do 1º termo aditivo de prazo.



Finalmente, e após parecer favorável da Procuradoria Geral, vieram os autos a este Controle Interno para apreciação e manifestação.

É o relatório!

III. DA ANÁLISE E DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

O presente processo foi instruído com base no artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que permitem à Administração Pública prorrogação de prazo na forma pretendida desde que devidamente justificados pelas autoridades competentes.

A Lei de Licitações prescreve que o prazo de duração dos contratos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Para viabilizar juridicamente esta faculdade, Administração deve consignar no ato originário de contrato a possibilidade de prorrogação desse prazo.

No presente caso, constata-se que a prorrogação do prazo contratual concretiza o suporte fático da norma contida no art. 57, §1º, II, da Lei de Licitações assim como o contrato originário em sua cláusula específica, admite a prorrogação de prazo submetida à análise.

Assim sendo, vale frisar o aspecto vinculativo da minuta, fazendo-se constar no Termo Aditivo a ratificação de todas as cláusulas e condições do contrato em curso.

Foi requerida a prorrogação de prazo contratual em mais 180 (cento e oitenta) dias, justificando sua solicitação, conforme já mencionado.

No que diz respeito à prorrogação de contratos, a Lei nº 8.666/93, admite tal possibilidade, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro,



(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato."

A dilação contratual buscada encontra-se devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente para assinar o ajuste, em conformidade com o previsto no art. 57, § 2º da Lei 8.666/93.

IV. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, esta Controladoria Geral Municipal opina pela possibilidade do 1º ADITIVO DE PRAZO AOS CONTRATOS Nº 233/2023/CPL, 234/2023/CPL E 235/2023/CPL, CELEBRADO COM A EMPRESA CONSTRUTORA NORTE ALFA LTDA, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023, por mais 180 dias, desde que observadas às recomendações contidas no parecer jurídico da Procuradoria Geral e as seguintes: I) Formalização do procedimento nos mesmos autos do processo administrativo de contratação; II) Manifestação de interesse da contratada em prorrogar a vigência contratual; III) Justificativa técnica para a realização do termo aditivo de prazo; IV) Verificação da situação de regularidade da empresa junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; V) Comprovação de existência de disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa; VI) Autorização da autoridade competente de que trata o § 2º do artigo 57 da Lei 8.666/1993; VII) Necessidade de que haja a análise quanto ao cumprimento e correta execução do contrato até o momento; VIII) Necessidade de renovação da garantia, se houver previsão contratual ou em edital; IX) Formalização do ajuste e Publicação no D.O.U. No Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA.

Viseu-PA, 28 de março de 2024.

PAULO FERNANDES DA SILVA
Controlador Interno do Município
Decreto nº 014/2023